

Fundo Municipal de Saúde

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercício Findo em 31 de dezembro de 2025

1 - Contexto Operacional

O Fundo Municipal de Saúde – FMS foi instituído pela Lei Municipal nº 1.583, de 30 de julho de 1990, regulamentado pelo Decreto nº 9.865, de 05 de dezembro de 1990, com alterações pelos Decretos nº 12.030, de 19 de abril de 1993, e nº 13.110, de 02 de agosto de 1994. Esse Fundo, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas pelo nº 11.715.094/0001-00, tem como objetivo ser instrumento de suporte financeiro para o desenvolvimento das ações descentralizadas nas áreas médica, sanitária, hospitalar, de apoio e de suprimento executadas e/ou coordenadas pela Secretaria Municipal de Saúde.

Conforme Art. 4º da Lei Instituidora, os recursos do Fundo serão aplicados nos programas integrados de saúde, desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde ou com ela conveniados, no pagamento pela prestação de serviços para execução de programas ou projetos específicos na área de saúde, no desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações de saúde, no gerenciamento descentralizado das diversas unidades ambulatoriais e hospitalares, dentre outros.

São exemplos de recursos que constituem as receitas do FMS, os recursos do orçamento da União, do Estado e do Município, observado o disposto na Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000, na Lei Federal 8.080, de 19 de setembro de 1990, na Portaria nº 399/GM, de 22 de fevereiro de 2006 – Pacto pela Saúde e demais legislações pertinentes, os auxílios, subvenções, contribuições, transferências e participações em Convênios e Ajustes, os recursos de pessoas físicas e jurídicas, públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, sob a forma de doação, todo e qualquer recurso proveniente de multas ou penalidades que tenham origem na fiscalização e ações da Secretaria Municipal de Saúde e os rendimentos de suas aplicações financeiras.

2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas de acordo com as normas e regras estabelecidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 11ª edição, aprovado pela Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 26, de 18 de Dezembro de 2024 e Portaria STN/RCPC nº 25, de 18 de Dezembro de 2024, Lei Federal nº 4.320/1964, Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público (NBC TSP's) emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e disposições legais complementares vigentes.

As demonstrações contábeis tiveram como base as informações inseridas no Sistema de Administração Financeira e Contábil (SIAFIC CARIOCA) da Prefeitura do Rio de Janeiro, relativas à execução orçamentária, financeira e patrimonial realizadas pela entidade, sendo de responsabilidade dos gestores as operações realizadas e registradas, bem como a ratificação das informações contidas nas demonstrações.

As demonstrações são compostas por: Balanço Orçamentário (BO), Balanço Financeiro (BF), Balanço Patrimonial (BP), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e Notas Explicativas (NE). Essas demonstrações e notas explicativas referem-se ao exercício financeiro de 2025, coincidindo, por disposição legal, com o ano civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

O Balanço Orçamentário apresenta, no quadro principal, a execução orçamentária no exercício, comparando a previsão da receita orçamentária com sua realização, bem como demonstra e compara a fixação da despesa orçamentária com o seu montante empenhado, liquidado e pago.

O Balanço Financeiro demonstra os ingressos e desembolsos financeiros, segregando-os em orçamentários e não orçamentários. Como a despesa orçamentária é considerada pelo seu valor total empenhado, o montante não pago até o final do exercício referente aos restos a pagar, além das

consignações e retenções, é considerado na coluna de ingressos extraorçamentários. Da mesma forma, os valores pagos no exercício referentes aos Restos a Pagar, além das retenções e consignações, são demonstrados na coluna de dispêndios como pagamentos extraorçamentários por não pertencerem ao orçamento do exercício e não estarem incluídos no montante da despesa orçamentária.

O quadro principal do Balanço Patrimonial apresenta os saldos dos bens e créditos por ordem de liquidez, subdivididos em Ativo Circulante e Não Circulante, obrigações com terceiros por ordem de exigibilidade, subdivididas em Passivo Circulante e Não Circulante, e os valores que compõem o Patrimônio Líquido.

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) é elaborada pelo método direto e deve evidenciar as alterações de caixa e equivalentes de caixa verificadas no exercício de referência, classificadas nos fluxos das atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

3 – Principais Práticas Contábeis Adotadas

Na elaboração das demonstrações contábeis, as principais práticas adotadas para o reconhecimento, a mensuração e o registro de Ativos, Passivos, Receitas e Despesas foram as seguintes:

3.1 – Receitas

Pelo enfoque patrimonial, foi utilizado como critério para o reconhecimento da receita o impacto da situação líquida patrimonial, baseados nos princípios contábeis da Competência e Oportunidade.

Pelo enfoque orçamentário, o critério de escrituração e registro das receitas ou ingressos, obedeceu ao art. 35, I, da Lei nº. 4.320/64, ou seja, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas, no momento do ingresso efetivo em caixa.

3.2 – Despesas

Pelo enfoque patrimonial, as despesas refletidas nas demonstrações foram registradas com base, exclusivamente, em fatos geradores econômicos e patrimoniais ocorridos no exercício, independente de correspondentes e efetivos pagamentos, podendo os valores serem ou não oriundos da execução orçamentária.

Pelo enfoque orçamentário, de acordo com o art. 35, II, da Lei 4.320/64, a despesa foi reconhecida pelos valores empenhados no exercício.

3.3 – Restos a Pagar

Os restos a pagar inscritos como não processados integram o passivo financeiro. Quando liquidados e não pagos em exercício posterior ao de referência, passam a ser controlados como restos a pagar não processados liquidados.

Os restos a pagar processados inscritos, que não foram pagos ou cancelados até o encerramento do exercício, permanecem registrados no passivo financeiro.

3.4 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Essa conta considera os numerários existentes em contas correntes e aplicações financeiras, incluindo os fundos especiais, e outras contas relativas a recursos com destinação específica, tais como convênios, projetos e outros. As aplicações financeiras em Fundos de Investimentos e Poupanças estão registradas pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos até a data de encerramento das demonstrações financeiras.

As aplicações financeiras em demais investimentos, inclusive fundos com liquidez imediata, são mensurados pelo valor original, atualizados até a data data-base do encerramento das demonstrações contábeis, sendo as atualizações apuradas e registradas em contas de resultado ou patrimoniais.

Os registros dos recebimentos de recursos financeiros são efetuados individualmente nas contas bancárias, segregados em recursos vinculados e não vinculados.

3.5 – Créditos a Curto Prazo

Os valores a receber são registrados com base nas informações prestadas pela Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Fazenda e demais órgãos.

3.6 – Estoques

Representam os valores dos materiais adquiridos e controlados através do Sistema de Informações Gerenciais de Materiais (SIGMA) com o objetivo de utilização. Os bens de almoxarifado/estoque são mensurados pelo custo médio ponderado das compras, em conformidade com o inciso III, art. 106 da Lei Federal nº 4.320/64 e Resolução Conjunta CGM/SMA nº 55/2010, que dispõe sobre normas para movimentação, registro e controle dos materiais existentes em almoxarifado.

3.7 – Imobilizado

Os itens do ativo imobilizado são reconhecidos inicialmente com base no valor de aquisição ou custo de produção ou de construção, conforme disposto no inciso II, art. 106 da Lei Federal nº 4.320/64 e na Resolução CGM nº 1.642/2020, que dispõe sobre normas para registro contábil, o controle e a movimentação dos bens patrimoniais permanentes, sendo atualizados por ajustes de depreciação e reavaliação.

3.8 – Reconhecimento de Passivos

Todas as obrigações, independentemente da execução orçamentária da despesa, são reconhecidas no Passivo, em observância ao regime de competência.

As provisões são registradas pelos valores estimados, informados pela Procuradoria Geral do Município, de acordo com os riscos potenciais de desembolso com perdas prováveis nas ações trabalhistas e/ou cíveis e/ou fiscais, reconhecidas até o encerramento do exercício, em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público (NBC TSP's), emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

4 – Informações Complementares

4.1 – Balanço Orçamentário

A dotação inicial prevista na Lei Orçamentária Anual foi de R\$ 7.893.764.999,00 (sete bilhões, oitocentos e noventa e três milhões, setecentos e sessenta e quatro mil novecentos e noventa e nove reais). Após as movimentações de suplementação/cancelamento de créditos orçamentários, a dotação atualizada em 31/12/2025 passou a ser de R\$ 8.349.848.319,95 (oito bilhões, trezentos e quarenta e nove milhões, oitocentos e quarenta e oito mil trezentos e dezenove reais e noventa e cinco centavos).

Detalhamento das Despesas por Tipo de Crédito

| Dotação Inicial | Créditos Suplementares Abertos | Cancelamentos | Dotação Atualizada |
|-------------------------|--------------------------------------|-------------------------|-------------------------|
| R\$ | R\$ | R\$ | R\$ |
| 7.893.764.999,00 | 2.711.244.715,08 | 2.255.161.394,13 | 8.349.848.319,95 |

4.2 – Balanço Financeiro

O resultado evidenciado no Balanço Financeiro foi negativo no valor de R\$ 116.772.541,30 (cento e dezesseis milhões, setecentos e setenta e dois mil quinhentos e quarenta e um reais e trinta centavos), correspondente à variação das disponibilidades no final do exercício de 2025, no valor de R\$ R\$ 191.433.806,85 (cento e noventa e um milhões, quatrocentos e trinta e três mil oitocentos e seis reais e oitenta e cinco centavos) e no início do exercício no valor de R\$ 308.206.348,15 (trezentos e oito milhões, duzentos e seis mil trezentos e quarenta e oito reais e quinze centavos).

4.2.1 - Transferências Financeiras Recebidas

Os valores registrados como Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária são provenientes do relacionamento com o Tesouro Municipal.

4.2.2 – Recebimentos extraorçamentários

Os valores inscritos em Restos a Pagar em 31/12/2025, que representam despesas empenhadas não liquidadas e despesas liquidadas não pagas até 31/12/2025, são demonstrados na coluna de ingressos como recebimentos extraorçamentários para fins de ajuste financeiro da parcela não paga da despesa orçamentária empenhada, que é demonstrada na coluna de dispêndios.

Os valores estão representados por:

| SALDO DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM 2025 | Processados | Não Processados | Total |
|--|-----------------------|----------------------|-----------------------|
| | R\$ | R\$ | R\$ |
| Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais | 89.470.046,50 | 9.909.234,37 | 99.379.280,87 |
| Materiais, Serviços e Outros | 55.918.728,13 | 49.019.773,58 | 104.938.501,71 |
| Investimentos | 1.169.812,50 | 9.300.733,81 | 10.470.546,31 |
| Obrigações Tributárias | - | 4.910.806,29 | 4.910.806,29 |
| Total | 146.558.587,13 | 73.140.548,05 | 219.699.135,18 |

4.2.3 – Pagamentos extraorçamentários

Os valores relativos aos restos a pagar de exercícios anteriores pagos no exercício de 2025 referem-se a:

| RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | Processados | Não Processados | Total |
|--|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| | R\$ | R\$ | R\$ |
| Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais | 96.035.798,28 | 1.478.004,65 | 97.513.802,93 |
| Materiais, Serviços e Outros | 135.444.554,39 | 109.803.892,71 | 245.248.447,10 |
| Investimentos | 25.399.373,33 | 3.687.838,21 | 29.087.211,54 |
| Inversões Financeiras | 9.588.667,58 | - | 9.588.667,58 |
| Obrigações Tributárias | 5.468.133,50 | 1.489.892,32 | 6.958.025,82 |
| TOTAL GERAL PAGO | 271.936.527,08 | 116.459.627,89 | 388.396.154,97 |

4.3 – Balanço Patrimonial

4.3.1 - Créditos a Curto Prazo

Os saldos registrados nessas contas referem-se aos créditos não recebidos até 31/12/2025, e com expectativa de recebimento até 31/12/2026:

| Demais Créditos e Valores a Curto Prazo | R\$ |
|---|-------------------------|
| Créditos Decorrentes de Transferências do SUS | 454.048.626,23 |
| Créditos Decorrentes de Transferências de Convênios | 720.000.000,00 |
| Total | 1.174.048.626,23 |

4.3.2 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Os saldos registrados nessa conta referem-se aos demais créditos de competência até 31/12/2025, com expectativa de recebimento até 31/12/2026, e estão compostos de acordo com o detalhamento apresentado a seguir:

| Detalhamento | Exercício Atual | Exercício Anterior |
|---|-----------------------|-----------------------|
| | R\$ | R\$ |
| Adiantamentos Diversos Concedidos | 3.454.608,96 | 3.454.608,96 |
| RGPS a Recuperar | 775.175,71 | 775.175,71 |
| Sequestros Judiciais | 93.897.187,26 | 136.502.245,43 |
| Créditos a Receber - Autos de Infração | 12.442.685,51 | 20.427.021,12 |
| Créditos Decorrentes de Pagamentos sem Respaldo Orçamentário - Restos a Pagar | 1.294.609,54 | 1.294.609,54 |
| Créditos Decorrentes de Regularização Orçamentária | 978.553,03 | - |
| Créditos Decorrentes de Regularização Orçamentaria - Guia de Devolução | - | 60.100,58 |
| Créditos Decorrente de Regularização Orçamentaria - Tarifas Bancárias | 25,38 | - |
| Créditos a Receber por Cessão de Pessoal - Governo Federal | 370.349.508,58 | 370.349.508,58 |
| Outros Créditos a Receber - Pasep Retido p/ Transferências | 17.060,79 | - |
| Total | 483.209.414,76 | 532.863.269,92 |

4.3.3 - Imobilizado

Compreende os direitos que tenham por objeto bens móveis e imóveis destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, conforme tabelas a seguir:

Bens Móveis

| Detalhamento | Taxa Anual de Depreciação % | Custo de Aquisição em 31/12/2025 R\$ | Depreciação em 31/12/2025 R\$ | Valor Líquido Contábil em 31/12/2025 R\$ | Valor Líquido Contábil em 31/12/2024 R\$ |
|--|-----------------------------|--------------------------------------|-------------------------------|--|--|
| Equipamentos de Processamento de Dados | 10 | 59.874.904,26 | 37.359.719,72 | 22.515.184,54 | 27.977.922,92 |
| Mobiliário em Geral | 20 | 720.831.988,86 | 452.440.436,68 | 268.391.552,18 | 307.611.028,17 |
| Veículos em Geral | - | 1.990.349,75 | 1.990.239,39 | 110,36 | 159,32 |
| Importações em Andamento | - | 48.626.867,46 | - | 48.626.867,46 | 48.626.867,46 |
| Subtotal | | 831.324.110,33 | 491.790.395,79 | 339.533.714,54 | 384.215.977,87 |

Bens Imóveis

| Detalhamento | Taxa Anual de Depreciação % | Custo de Aquisição em 31/12/2025 R\$ | Depreciação em 31/12/2025 R\$ | Valor Líquido Contábil em 31/12/2025 R\$ | Valor Líquido Contábil em 31/12/2024 R\$ |
|-------------------------------|-----------------------------|--------------------------------------|-------------------------------|--|--|
| Hospitais e Unidades de Saúde | 2 | 130.727.865,69 | - | - | 131.049.534,66 |
| Obras em Andamento | 2 | 106.825.242,50 | - | - | 106.059.198,31 |
| Obras - Contrato de Concessão | 2 | 10.010.483,36 | - | - | - |
| Bens Imóveis a Classificar | 2 | 18.377.104,08 | - | - | 17.487.134,08 |
| Subtotal | | 265.940.695,63 | - | - | 254.595.867,05 |

4.3.4 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo:

Os saldos registrados nessas contas referem-se a salário de pessoal ativo e outras obrigações relacionadas não pagas até 31/12/2025, e com expectativa de pagamento até 31/12/2026:

| Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo | R\$ |
|---|----------------------|
| Salários, Remunerações e Benefícios | 58.246.062,75 |
| Benefícios Assistências a Pagar | 53.058,31 |
| Contribuições ao Regime de RGPS a Pagar | 431.099,94 |
| FGTS Sobre Salários e Remunerações | 534.502,47 |
| Total | 59.264.723,17 |

4.3.5 – Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Os saldos registrados nessas contas referem-se a obrigações decorrentes de serviços prestados e materiais e bens entregues não pagos até 31/12/2025, e com expectativa de pagamento até 31/12/2026:

| Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo | R\$ |
|---|-----|
|---|-----|

| | |
|--|-----------------------|
| Fornecedores Não Parcelados a Pagar | 194.884.117,47 |
| Fornecedores Parcelados a Pagar | 20.154.758,47 |
| Contas a Pagar Nacionais – Decisões Judiciais – Exceto Precatórios | 993.877,16 |
| Fornecedores Intra Não Parcelados a Pagar | 14.230.328,60 |
| Fornecedores e contas a Pagar - Estado | 12.591,32 |
| Total | 230.275.673,02 |

4.3.6 – Valores Restituíveis

Os saldos registrados nessas contas referem-se às obrigações não pagas até 31/12/2025, a serem restituídas até 31/12/2026:

| Valores Restituíveis | R\$ |
|--|----------------------|
| Pensão Alimentícia | 480.942,89 |
| Planos de Previdência e Assistência Médica | 7.306,57 |
| Retenções - Entidades Representativas de Classes | 217.677,82 |
| Retenções - Empréstimos e Financiamentos | 9.638.240,30 |
| Outros Consignatários | 31.811,96 |
| Pagamentos a Reapresentar | 61.511,52 |
| RPPS - Retenções sobre Vencimentos e Vantagens | 11.057.910,61 |
| Imposto Sobre a Renda Retido na Fonte - IRRF | 7.911.275,32 |
| ISS | 821.135,59 |
| Planos de Previdência e Assistência Médica | 3.736.226,43 |
| Retenções - Empréstimos e Financiamentos | 625.756,25 |
| Outras Consignações | 22.201,38 |
| Outros Valores Restituíveis | 1.862,25 |
| Contribuição ao RGPS | 1.531.092,64 |
| Total | 36.144.951,53 |

4.3.7 – Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo

O saldo de R\$ 164.697.151,42 (cento e sessenta e quatro milhões, seiscentos e noventa e sete mil, cento e cinquenta e um reais e quarenta e dois centavos) refere-se ao valor a ser indenizado à empresa China Meheco Corporation pelos bens entregues para renovação do Parque Tecnológico da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), após a decretação de nulidade dos respectivos contratos administrativos, conforme o SMS-PRO-2024/78933, sobrestado.

4.3.8 – Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo

Os saldos registrados nessas contas referem-se a obrigações decorrentes de serviços prestados e materiais e bens entregues não pagos até 31/12/2025, e com expectativa de pagamento após 31/12/2026, cujo saldo, ao término do exercício, foi de R\$ 87.709.666,08 (oitenta e sete milhões, setecentos e nove mil seiscentos e sessenta e seis reais e oito centavos).

4.3.9 – Provisões a Longo Prazo

O saldo de Provisões a Longo Prazo é composto pelos valores de contingências cíveis informados pela Procuradoria Geral do Município ao final de cada exercício, de acordo com os riscos potenciais de desembolso classificados como “prováveis”, relacionados à Secretaria Municipal de Saúde.

4.3.10 – Patrimônio Líquido

O resultado do exercício de 2025 foi negativo no valor de R\$ 125.063.323,73 (cento e vinte e cinco milhões, sessenta e três mil, trezentos e vinte e três reais e setenta e três centavos).

4.3.11 – Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

Este quadro apresenta os ativos e passivos financeiros e permanentes, de acordo com o disposto no art. 105 da Lei nº 4.320/1964. Para sua elaboração, foram utilizadas as classes 1 (Ativo) e 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), bem como as contas que representam passivos financeiros sem passivos patrimoniais associados, tais como as contas da classe 6 (“Crédito Empenhado a Liquidar” e “Restos a Pagar Não Processados a Liquidar”).

O Saldo Patrimonial, evidenciado neste quadro, e o Patrimônio Líquido, evidenciado no quadro principal do Balanço Patrimonial, apresentam uma diferença devido à inclusão dos Restos a Pagar Não Processados a Liquidar no Passivo Financeiro. No quadro a seguir, apresentamos a conciliação entre o Saldo Patrimonial e o Patrimônio Líquido.

4.4 – Demonstração das Variações Patrimoniais

O resultado patrimonial do exercício de 2025 foi positivo em R\$ 2.758.204,86 (dois milhões, setecentos e cinquenta e oito mil duzentos e quatro reais e oitenta e seis centavos), obtido por meio da diferença entre as Variações Patrimoniais Aumentativas, no valor de R\$ 15.094.100.460,43 (quinze bilhões, noventa e quatro milhões, cem mil quatrocentos e sessenta reais e quarenta e três centavos), e as Variações Patrimoniais Diminutivas, no valor de R\$ 15.091.342.255,57 (quinze bilhões, noventa e um milhões, trezentos e quarenta e dois mil duzentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos).

4.5 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

A geração líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa do Fundo Municipal de Saúde foi negativa no valor de R\$ 116.772.541,30 (cento e dezesseis milhões, setecentos e setenta e dois mil quinhentos e quarenta e um reais e trinta centavos), representando um decréscimo de aproximadamente 215,43%, se comparado ao exercício de 2024.